

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Coarano Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

O poder ^{que p q} imbatível das classes dominantes

A Assembléia Nacional Constituinte aprovou na terça-feira o direito de voto para os menores de 18 e maiores de 16 anos de idade e o direito irrestrito de greve. Só os muito ingênuos e os muito crédulos podem ter-se surpreendido com este resultado e com tudo o mais que vem sendo aprovado no segundo turno da Constituinte, quando todas as aberrações postas no projeto B da futura Constituição estão sendo tranqüilamente homologadas. Iludiu-se quem quis, como o presidente José Sarney — que advertiu os constituintes sobre o perigo do País tornar-se ingovernável — e o próprio presidente da Assembléia, deputado Ulysses Guimarães, que ao defender o trabalho de seus comandados das críticas do presidente afirmou que as “imperfeições” do texto inicial seriam corrigidas.

Desde os primeiros momentos dessa fase final dos trabalhos da Constituinte ficou muito claro que nada de substancial iria mudar no texto do projeto B. Os que ainda alimentaram alguma esperança esqueceram-se de que o segundo turno está coincidindo, exatamente, com a inauguração oficial da corrida eleitoral para as prefeituras municipais. E nessas circunstâncias, sendo a nossa “cultura política” o que é, seria absolutamente impensável esperar que nossos constituintes — 140 dos quais são candidatos a alguma prefeitura — tomassem decisões baseadas em outros critérios que não fossem os puramente eleitoreiros. Cada constituinte, quando vai apertar o botão que aciona o painel eletrônico instalado no plenário da Câmara, faz um único cálculo: a influência que o voto pode ter em suas possibilidades de vitória eleitoral ou nas possibilidades dos candidatos de seu partido. Os que continuam votando em função do que consideram os reais interesses da Nação são minoria insignificante.

Portanto, não é surpresa que tenham passado no segundo turno, até agora, todos os “direitos sociais” que irão encarecer em até 50% os custos salariais das empresas, com riscos futuros para o próprio mercado de trabalho; o voto aos 16 anos; e o direito irrestrito de fazer greves até com objetivos políticos.

Depois que conhecemos o perfil do eleitorado brasileiro revelado recentemente pelo Tribunal Superior Eleitoral, que mostra que cerca de 70% desse eleitorado é constituído de analfabetos ou semi-analfabetos, a inclusão nele de mais oito ou dez milhões de brasileiros ainda totalmente despreparados para o exercício da cidadania plena — os eleitores entre 16 e 18 anos — é o de menos; pouco irá alterar os destinos políticos do País. Só aumentará a imensa massa de manobra de que já dispõem os demagogos e os radicais, cujos votos estão refletidos na “qualidade” da representação política que temos.

Para que se avalie corretamente a gravidade da crise em que o Brasil se debate hoje é preciso deixar um pouco de lado o desvario constitucional e observar com atenção o que se passa no setor público. De um lado, temos a enxurrada de greves contra o decreto presidencial que determinou o congelamento da URP: algumas já vitoriosas, como as do Banco do Brasil, a dos Correios, a da Caixa Econômica, a da Eletrosul; outras, como a do Serpro, e as de empresas do governo do Distrito Federal, prestes a arrancar as mesmas concessões das autoridades. E há o anúncio de novas greves na Previdência Social e na Rede Ferroviária Nacional. De outro lado, temos esse espetáculo deprimente — que atinge as raízes da farsa burlesca — dos esforços do governo para reduzir o déficit público, que tem hoje mais um capítulo: a discussão em torno do orçamento de 1989, com a Operação Desmonte, tendo como pano de fundo o imperativo de salvação nacional que é evitar a hiperinflação da qual já estamos perigosamente próximos. Nos dois casos está prevalecendo a vontade da burocracia estatal e dos trabalhadores das estatais sobre as determinações de austeridade dos ministros econômicos da Fazenda e do Planejamento, enquanto o presidente da República permanece em atitude contemplativa.

Tudo isso nos leva a pensar no jargão marxista das classes dominantes utilizado por nossas esquerdas para designar especificamente banqueiros, empresários e políticos que atuam na defesa dos seus interesses. Tudo o que comentamos até agora mostra que no Brasil essas são as classes dominantes, sem qualquer poder de influir nas grandes decisões que afetam os destinos nacionais. Durante esse ano e meio de Constituinte, por exemplo, todos os supostos poderes sociais do País constituíram seus lobbies e tiveram — quase todos — suas reivindicações atendidas. Menos as tais classes dominantes que povoam os discursos do sr. Lula da Silva e seus seguidores. Essas não conseguiram uma vitória sequer durante os trabalhos da Constituinte. Sua derrota foi ampla, total e irrestrita.

As classes dominantes, no Brasil de hoje, são constituídas pelos que trabalham no setor público, seja na administração direta, seja no complexo de empresas estatais, e pelas lideranças sindicais que, aliadas na luta para impedir qualquer redução do tamanho do Estado brasileiro, já exibiam um poder imbatível antes mesmo da aprovação do direito irrestrito de greve e que, agora, adquirem a prerrogativa legal de paralisar o País no momento em que entenderem e pelo motivo que entenderem são constituídas também pelos políticos profissionais incapazes de se opor aos seus desígnios. Foram essas classes dominantes — amplamente minoritárias no conjunto da população do País — que fizeram da nova Constituição brasileira a garantia legal do seu domínio discricionário sobre o resto da Nação, colocada a seu serviço pela nova Carta Magna.

Diante dessa realidade estava com absoluta razão o presidente Sarney quando disse que a nossa Constituição tornaria o País ingovernável.

É isso mas não é só isso. A história de seu governo, particularmente neste momento em que coincidem as loucuras da Constituinte com um processo inflacionário agudo, demonstra que há algum tempo já o País está absolutamente ingovernável com um presidente com as características

do sr. José Sarney. A dúvida que fica, com a próxima entrada em vigor da nova Constituição, com os poderes que ela dá às nossas classes dominantes, é se o País será governável daqui para a frente por um presidente mais preparado para o exercício do cargo do que o atual, ou se, mantidas as regras do regime democrático, nem as qualidades de um autêntico estadista serão suficientes para reverter essa situação que caminha rapidamente para o caos institucional.

Lembrando o que acabou de dizer o ex-presidente Geisel sobre o problema da falta de autoridade no governo federal, e o que disse o sociólogo Hélio Jaguaribe sobre a anarquia que vai transformando em ruínas as estruturas do Estado brasileiro, tememos que o Brasil venha a sofrer o vexame de ver as Forças Armadas de volta ao cenário político.